

## **Universidade Federal do Pampa - Unipampa**

**Pós-graduação, *lato sensu*, em Atividades Criativas e Culturais**

**Pós-graduação, *lato sensu*, em Políticas Públicas**

**Curso de Relações Públicas – ênfase em produção cultural**

**Grupo de Pesquisa Processos e Práticas nas Atividades Criativas e Culturais – GPAC (CNPq)**

**Observatório Missionário de Atividades Criativas e Culturais – OMiCult**

**Instituto Federal Farroupilha – IFF campus São Borja**

**Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia - NIT**

**Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação**

### **Anteprojeto de pesquisa**

Indicadores culturais municipais: uma proposta de articulação entre controle social,  
política e economia da cultura

#### **Coordenadores do Projeto:**

Prof. Dr. Tiago Costa Martins – [tiago.martins@pq.cnpq.br](mailto:tiago.martins@pq.cnpq.br)

Prof. Me. Claiton Marques Correa – [claiton.correa@iffarroupilha.edu.br](mailto:claiton.correa@iffarroupilha.edu.br)

São Borja, novembro de 2015

## Sumário

1. Identificação da proposta .....	3
2. Problematização.....	4
3. Objetivos e metas .....	10
4. Metodologia .....	12
5. Contribuições da pesquisa .....	19
06. Identificação demais participantes do projeto .....	20
07. Referências.....	23

## **1. Identificação da proposta**

### **Dados sobre a instituição de execução do projeto**

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA - Campus São Borja  
Rua Ver. Alberto Benevenuto, 3200.  
São Borja – Rio Grande do Sul – Brasil.  
CEP: 97670-000  
Fone: (55) 3430-4323

Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja  
Rua Otaviano Castilho Mendes, 355.  
São Borja – Rio Grande do Sul – Brasil.  
CEP: 97670-000  
Fone: (55) 3431-0500

### **Título do Projeto**

Indicadores culturais municipais: articulações entre controle social, política e economia da cultura.

### **Palavras chaves**

Indicador social; comunicação pública; política cultural

### **Referência do Edital**

Coordenadores:

Prof. Dr. Tiago Costa Martins – [tiago.martins@pq.cnpq.br](mailto:tiago.martins@pq.cnpq.br)  
Prof. Me. Claiton Marques Correa – [claiton.correa@iffarroupilha.edu.br](mailto:claiton.correa@iffarroupilha.edu.br)

### **Período de execução do projeto**

O prazo para execução do projeto está previsto para 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de liberação dos recursos.

## 2. Problemática

O presente projeto de pesquisa coloca em destaque o desafio de empreender a articulação entre controle social, política e economia da cultura em torno de indicadores culturais municipais. Essa articulação pode ser reconhecida como “problemática” já por envolver cultura nas suas diversas formas de compreensão. Para estancar qualquer fragilidade nesses termos é oportuno perceber cultura em duas dimensões: antropológica e sociológica. A primeira reconhecida como as interações sociais empreendidas pelo indivíduo nas suas relações com objetos e outros indivíduos, constituindo modos de pensar, sentir, valorar e manejar o mundo construído socialmente (BOTELHO, 2001). A segunda, no sentido da cultura constituir e ser constituída por um contexto estruturado com funções, sistemas, especializações e formas organizativas (BRUNNER, 1993). Cultura evidenciada por um sistema de produção cultural com atividades e relações culturais estabelecidas por agentes e instituições: artistas; produtores; governos; patrocinadores; consumidores; etc. A partir do momento em que se reconhecem tais dimensões, entrelaçadas e coexistindo, é que se percebe a cultura como uma teia de significados construída socialmente, ligada por agentes e instituições estabelecidos na dinâmica da produção, distribuição, uso, apropriação e consumo.

Dito isso, o que se propõem a seguir é a exposição de alguns contextos que envolvem o controle social, a política e a economia da cultura, e, por fim, os indicadores culturais.

Controle social inicialmente está associado a qualquer dispositivo institucional empreendido pelo Estado em relação à sociedade. Mas por conta das transformações políticas e a ascensão da democracia, controle social também é reconhecido como o “controle da sociedade civil sobre o Estado, enquanto perspectiva de mudança social” (MACHADO, 2012, p. 53). No Brasil essa transformação é marcada pela constituição de 1988 que, respaldada legalmente, possibilitou a transformação do controle social como base democrática e como instrumento de efetivação da participação social. Assim, controle social pode ser visto como os mecanismos de acesso à sociedade aos processos que informam as decisões dos governos (MACHADO, 2012).

Uma das formas de controle social é o controle orçamentário, quando é possível verificar valores, cifras, números de algum ente governamental. No entanto, disponibilizar as contas

públicas não realiza por completo o controle social à medida que distancia a leitura desses dados pela população e não se apresenta as conexões com as políticas públicas que tais números estão associados. Nesse sentido, o controle social é sinônimo de fiscalização, quando deveria ser desenvolvido como “uma consciência política nas pessoas que a integram, representantes da sociedade civil e do governo (...)” (MACHADO, 2012, p. 58).

Existem inúmeros instrumentos legais de controle orçamentário, especialmente nos municípios. No Rio Grande do Sul, por exemplo, com a informatização dos processos de fiscalização, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) criou um sistema de “Controle Social” das despesas realizadas pelos municípios gaúchos, oriundas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC. O site do Tribunal<sup>1</sup> oferece acesso livre às despesas (e receitas) dos municípios através dos empenhos, liquidados e/ou pagos pelas prefeituras por ano de exercício orçamentário.

Aqui, talvez, seja oportuno questionar em que medida é possível articular cultura e controle social. Sabidamente, em sua dimensão antropológica a sociedade brasileira ainda carece de uma cultura democrática que possa efetivar tais mecanismos/ferramentas como controle social. Há uma necessidade de conferir à sociedade o “empoderamento” que se requer para que as políticas públicas sejam desenvolvidas de modo que atendam às demandas da população. Tal situação/problema se articula, então, com a necessidade de publicização de informações, percebida em três perspectivas: técnica; pedagógica; política. O sentido técnico de publicização está na decodificação das informações socializadas nos registros oficiais, permitindo sua compreensão e análise pela sociedade (MACHADO, 2012). O sentido pedagógico está na adequação de vocabulário e significados de difícil compreensão à população, pensando a publicização “como instrumento capaz de contribuir para a formação de opinião e para fortalecimento de iniciativas (...)” (MACHADO, 2012, p. 100). Por fim, seu caráter político está na divulgação dos processos referentes à gestão das políticas públicas, enfatizando o poder de negociação e articulação entre o Estado e a sociedade.

A publicização está atrelada, portanto, a efetiva ação da sociedade no controle social, desde que existam instrumentos que estimulem a população a se tornar protagonista, mais do que

---

<sup>1</sup> Disponível em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)

<sup>2</sup> No relatório da pesquisa aprovado pelo CNPq, na “contribuição do projeto para inovação de produtos, processos ou políticas públicas” destacou-se que “A pesquisa pode ser vista como um modelo para futuras ações na elaboração de indicadores que contribuam para as políticas públicas, especialmente municipais.(...). Como é possível perceber

mera espectadora das políticas públicas. Assim, o controle social reconhecido como processo e como instrumento pode ser percebido articulado com os indicadores voltados à cultura. No entanto, essa problematização precisa avançar ao segundo ponto: políticas culturais.

Historicamente as políticas culturais estão posicionadas numa visão estatista na qual a sua configuração e primazia estariam na ação do Estado. A partir da década de 1960 surgiram as primeiras discussões conceituais na qual política cultural seria “entendida como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado” (UNESCO, 1969, p. 4). O debate é reconfigurado dentro da abordagem multicêntrica das políticas públicas. Fundamentalmente essa abordagem reconfigura a compreensão do que é “pública”. O que a define são os contornos da definição do problema “e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal” (SECCHI, 2012, p. 05). No campo da cultura essa reconfiguração é percebida na definição de política cultural como o conjuntos de intervenções “*realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social*”. (CANCLINI, 2005, p. 06).

Por meio desse conceito percebe-se que a ênfase está nas formas de intervenção (inclusive sua ausência) com a combinação de agentes e instâncias institucionais de organização da cultura dentro de um circuito estruturado (BRUNNER, 1987). Portanto, a política cultural está estabelecida na dimensão sociológica da cultura com pretensão de atuar na dimensão antropológica para o consenso, ordem ou transformação social. Portanto, não seria um equívoco dizer que na política cultural se trata de perceber o conjunto de agentes e instâncias que “*entran en relación con su realidad territorial y asumen algunas responsabilidades en el conjunto de los objetivos que la propia política les propone*” (MARTINELL, 1999, p. 202).

Destaca-se, assim, outro ponto da problematização: para os objetivos desse estudo é preciso ter em conta a associação com os circuitos culturais e a relação com o Estado, especificamente os municípios do Rio Grande do Sul. Os circuitos seriam os resultados estabelecidos dentro de um conjunto de manifestações culturais e as instituições estatais que fomentam/organizam/estruturam essa manifestação.

No Brasil, o protagonismo dos municípios (prefeituras) no desenvolvimento de políticas

culturais é percebido pelo percentual de investimento em recursos financeiros. Segundo o IBGE (2013), através do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (2007-2010), a participação na despesa com cultura no total da despesa, segundo as esferas de governo, em 2010 foi a seguinte: Federal 0,1%; Estadual 0,5%; Municipal 1,1%. Notadamente, há de se ter por preocupação a compreensão desses números como ações governamentais traduzidas em políticas culturais municipais que são representativas no campo da cultura. Portanto, a leitura dessa realidade parecer ser um problema a ser resolvido.

Por outro lado, o entendimento de política cultural estabelecida nos municípios permite uma articulação com a economia da cultura. A despesa pública no setor gera consequências positivas para a economia e o desenvolvimento local, a partir do impacto direto sobre suas despesas e os salários que distribui; Estabelece relações com a oferta privada e o consumo público do mercado da cultura; E exerce um efeito de alavancagem sobre as coletividades territoriais com o de deslocamento dos gastos públicos, mobilizando organizações de outros municípios e regiões (TOLILA, 2007).

A articulação entre política e economia da cultura se estabelece, assim, a partir da noção de que “o gasto público realizado por uma dada escala de governo, em um conjunto fixo de políticas públicas, em um dado ano fiscal, expressa com relativa precisão as preferências alocativas dos atores sociais” (REZENDE, 1997, p. 01). Assim, ao prover uma política pública à cultura, a demanda pública de uma prefeitura irá (i) apoiar diretamente os bens e serviços culturais já existentes no mercado; (ii) mobilizar a oferta dos que não estão consolidados no mercado; e (iii) apoiar bens e serviços não culturais, mas que se relacionam e apoiam as atividades nucleares da cultura (MARTINS, 2015).

Mas como é possível ler essas políticas culturais? Há mecanismos de avaliação dessas políticas? Como se pode verificar o impacto econômico dos gastos em cultura? As informações municipais são acessíveis à população? Há mecanismos de publicização para o controle social das políticas culturais municipais?

Ora, esta confluência entre as necessidades sociais e culturais da população, as práticas das administrações municipais e o impacto econômico dessas práticas criam um cenário que requer mais do que nunca ferramentas e guias de ação para o cidadão (município) e as políticas culturais municipais. Trata-se de refletir e propor indicadores culturais municipais.

Indicador cultural pode ser visto como um tipo específico de indicador social. Este, por sua vez, é uma medida geralmente quantitativa, “dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas)” (JANNUZZI, 2002, p. 55). Ao que tudo indica no Brasil os indicadores culturais são gargalos às políticas culturais, um problema pela parca disponibilidade de informações. Somente em 2006 o IBGE divulgou um estudo com dados de 2003, intitulado “Sistema de Informações e Indicadores Culturais”. Os indicadores apontavam a oferta e a demanda de bens e serviços culturais, os gastos das famílias e os gastos públicos com cultura. É nesta lacuna que se insere o objeto da pesquisa e sua problemática.

Através da pesquisa intitulada “A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional: a ‘Rota Missões’ no Rio Grande do Sul”, desenvolvida no decorrer do ano de 2014, com recursos da Chamada CNPq/MinC/SEC nº80/2013, foi possível acessar o banco de dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE). O “Controle Social” do tribunal fornece dados primários dos gastos municipais em cultura, o que corresponde a informações de 497 municípios do Rio Grande do Sul. Um banco de dados de livre acesso à população, mas pouco utilizado pela forma como apresenta as informações (diga-se, “publicização técnica”). No entanto, o estudo percebeu algumas possibilidades de configuração desses dados em indicadores culturais municipais<sup>2</sup>. Dito de outra forma, da “publicização técnica” à “publicização pedagógica e política”. Há de se perguntar, então, qual o papel das ciências sociais aplicadas nessa articulação: criar um banco de dados ou transformá-lo em indicadores passíveis de leitura e de transformação social? Simplesmente ler a realidade social ou ir mais além, oferecendo alternativas de produtos e processos que contribuam para uma leitura feita pela própria sociedade?

Tais inquietudes apontam para a problemática central que pauta a proposta dos

---

<sup>2</sup> No relatório da pesquisa aprovado pelo CNPq, na “contribuição do projeto para inovação de produtos, processos ou políticas públicas” destacou-se que “A pesquisa pode ser vista como um modelo para futuras ações na elaboração de indicadores que contribuam para as políticas públicas, especialmente municipais(...). Como é possível perceber com os resultados ela servirá de apoio para gestores municipais da cultura (assim como para a própria população perceber os investimentos municipais no setor). Há a possibilidade de agregar transparência pública com indicadores culturais (dados abertos voltados ao controle social), procurando organizar as informações que apoiem processos de gestão competentes e transparentes. Salienta-se, no entanto, que não era este o foco central do estudo. (...). Espera-se que o fomento no setor continue para que a pesquisa amplie a abrangência e apresente uma proposta objetiva de inovação de produtos em prol da cultura e de suas políticas” (MARTINS, 2015, p. 03).



indicadores culturais municipais em confluência com o controle social, a política e a economia da cultura: **a partir dos dados do Tribunal de Contas do RS, como é possível construir indicadores culturais municipais em apoio à sociedade, à avaliação das políticas públicas e ao impacto econômico da cultura?**

Pergunta que articulará discussões teóricas com situações práticas em sua resposta, a ser construída por uma rede de 13 pesquisadores e 04 instituições de ensino superior a partir da metodologia apresentada no decorrer do projeto.

### 3. Objetivos e metas

#### Geral

- Criar um conjunto de indicadores culturais municipais a partir das informações disponíveis no Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul sobre as despesas públicas.

#### Específicos

- Refletir sobre a constituição e conceituação dos indicadores culturais;
- Propor uma metodologia de constituição de indicadores culturais municipais;
- Construir um sistema de indicadores culturais em política e economia da cultura para os municípios do Rio Grande do Sul;
- Difundir os resultados da pesquisa e o sistema de indicadores culturais à sociedade.

#### Metas

Apresentadas a partir dos objetivos.

Objetivos	Meta	Obs.
Refletir sobre a constituição e conceituação dos indicadores culturais	<b>Operacional - 02</b> Livros publicados.	Até o final da pesquisa
Propor uma metodologia de constituição de indicadores culturais municipais	<b>Operacional - 03</b> Artigos submetidos à publicação em periódicos e capítulos de livros.	
Construir um sistema de indicadores culturais em política e economia da cultura para os municípios do Rio Grande do Sul	<b>Operacional - 01</b> Software de apresentação, leitura e disponibilização dos indicadores culturais. <b>Metodológica - 30%</b> dos municípios do Rio Grande do Sul com sistema de indicadores criado para o ano de 2015.	Com registro de propriedade intelectual
Difundir os resultados da pesquisa e o sistema de indicadores à	<b>Operacional - 02</b> Seminários de “difusão e popularização da ciência e	Um para a sociedade civil e outro à

sociedade	tecnologia”.	comunidade científica
-----------	--------------	-----------------------

## 4. Metodologia

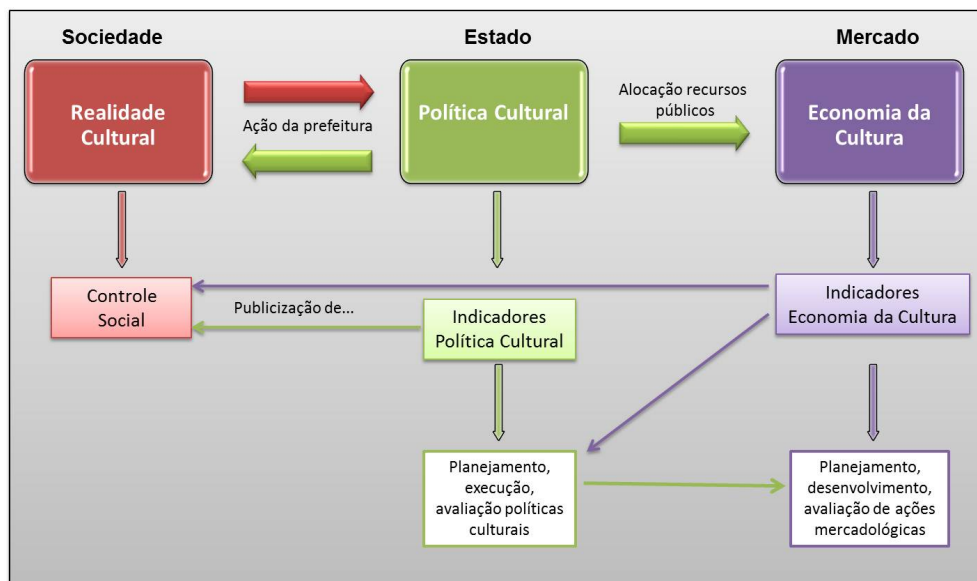
A metodologia de investigação que culminará com a construção dos indicadores culturais está estruturada a partir dos estudos desenvolvidos na Espanha pelos pesquisadores da *Universidad de Girona* (LLADÓ; MASÓ, 2012), *Universitat de Barcelona* (BONET, 1997) e *Universidad de Valencia* (CARRASCO-ARROYO; et al., 2014). Por meio da compreensão dessas pesquisas acredita-se ser possível configurar a metodologia à realidade brasileira. Assim, a pesquisa será desenvolvida em quatro etapas: marco conceitual e teórico; desenho e construção dos indicadores culturais municipais; validação dos indicadores; e formatação final dos indicadores.

### a) Marco conceitual e teórico

A trajetória dos indicadores culturais na dinâmica social é o primeiro ponto dessa etapa da pesquisa. Na sequência, é a definição de indicadores culturais adequados à realidade brasileira, especialmente para os municípios. Por fim, será preciso construir um referencial teórico sobre o entendimento das políticas culturais, da economia da cultura e das formas de controle social.

As discussões apontadas na problematização são passíveis de esquematização para uma adequada identificação da trajetória proposta nessa etapa. A figura abaixo procura sistematizar a problemática da pesquisa com a discussão conceitual e teórica.

**Figura 01** – A configuração dos indicadores culturais na perspectiva do estudo.



Fonte: próprio autor (2015).

## b) Desenho e construção dos indicadores culturais municipais

A partir do enquadramento teórico serão desenhadas as propostas de indicadores culturais. Essa etapa está dividida em três momentos: estudo preliminar dos dados disponíveis no portal do Tribunal de Contas para a configuração dos indicadores (1- em política cultural; 2- em economia da cultura), considerando as propriedades desejáveis aos indicadores (confiabilidade da informação, comunicabilidade, disponibilidade e periodicidade, desagregação, especificidade com sensibilidade) e o plano para a definição dos indicadores (O que medir? Por que medir? Como medir? Onde e quando coletar? Como interpretar?) (ORBIS, 2010); desenho dos indicadores culturais a partir dos dados primários disponibilizados pelo Tribunal articulado com o cruzamento de informações da Receita Federal (conforme tópico a seguir); sistematização e constituição de uma interface de disponibilização e leitura dos indicadores (modelagem de um software da pesquisa).

### Os dados primários das Prefeituras

Com a informatização dos processos de fiscalização o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE) criou um sistema de “Controle Social” das despesas realizadas pelos municípios gaúchos, oriundas do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC. O Tribunal oferece acesso livre às despesas (e receitas) dos municípios através dos

empenhos, liquidados e/ou pagos pelas prefeituras por ano de exercício orçamentário<sup>3</sup>.

O sistema possibilita verificar o órgão (as unidades, as funções, as subfunções, projetos, atividades e recursos vinculados a outras instâncias de governo), o credor (com o número do Cadastro de Pessoa física – CPF – ou jurídica – CNPJ), a rubrica (de acordo com o que foi estipulado no orçamento do município) e a função (como saúde, educação, transporte, cultura, etc).

Ao escolher um ano de execução orçamentária é possível visualizar todos os empenhos realizados pela prefeitura. Os dados dispõem do número do empenho, tipo (empenho, liquidação ou pagamento), credor, data, valor e histórico. Na descrição do histórico a prefeitura informa o motivo da realização da despesa, tal como o exemplo: “Valor que se empenha para pagamento referente a locação de sala na Avenida Presidente Vargas, nº 2095, para Exposição dos Trabalhos de conclusão da Oficina de Pintura” (TCE-RS, 2013). Nota-se que nessas descrições há referência ao produto ou serviço (locação) e ao domínio cultural (Artes visuais, como a pintura). Já ao consultar o link “credor” há uma lista dos credores do ano escolhido. O sistema apresenta o número do cadastro como pessoa física ou jurídica e ainda informa se o empenho foi liquidado e, finalmente, pago ao credor.

Por fim, os dados disponíveis ainda possibilitam verificar, para os casos referentes à pessoa jurídica, qual a atividade principal e o local (município) do credor. Para consultar essas informações é preciso acessar o site da Receita Federal do Brasil e buscar pelo serviço de “Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral”. Um serviço de domínio público que requer somente o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, disponível pelo Sistema do TCE.

Nesse sentido, vale dizer, a metodologia da pesquisa versa sobre o tratamento das informações sobre as despesas orçamentárias dos municípios. Se para os indicadores culturais do IBGE a análise dos gastos governamentais com a cultura apresenta o padrão de alocação destas despesas, na presente pesquisa procura-se apontar o perfil desses gastos e os desdobramentos que estes resultam ao atuarem na difusão, preservação e promoção da cultura no que versa aos custos

---

<sup>3</sup> Para elaboração do “Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2010” o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se utiliza do “Sistema de Coleta de Dados Contábeis Consolidados”, via Caixa Econômica Federal e Secretaria do Tesouro Nacional.

de produção de cada atividade cultural<sup>4</sup>.

Assim, para a relação entre política e economia da cultura as informações disponíveis e o cruzamento destas oferece uma gama razoável de dados públicos sobre as despesas em cultura sintetizados na tabela abaixo.

**Quadro 01** – Informações para a configuração de indicadores (TCE e Receita Federal).

Item	Dados diretos	Dados indiretos	
	Tribunal de Contas	Receita Federal	
Credor	- Pessoa jurídica - Pessoa física	- Atividade principal - Município	-
Valor	- R\$	-	-
Histórico	- Descrição despesa	-	- Bens ou serviços - Setores culturais

Fonte: próprio autor (2015).

O ordenamento e a organização dessas informações possibilita a criação de **variáveis numéricas e nominais** que podem receber tratamento estatístico oportuno para a consecução dos indicadores. Para os fins metodológicos serão ordenados os empenhos referentes ao tópico “Cultura”, código “13”, do Tribunal de Contas do Estado<sup>5</sup>. Assim, busca-se evitar as diferentes estruturas administrativas empreendidas pelas prefeituras.

Nessa etapa há a proposição de segmentar os indicadores em dois grupos: indicadores de política cultural e indicadores de economia da cultura<sup>6</sup>. O primeiro será baseado na ação da prefeitura no campo da cultura com a leitura dessas informações enquanto política pública. Desta forma, é possível pensar em indicadores que descrevam o gasto em cultura com relação ao gasto total realizado pelas prefeituras, o gasto por habitante no município em cultura, os setores culturais que receberam mais apoio, dentre outros. Por seu turno, o segundo grupo está associado com a ação da prefeitura por meio da alocação de recursos que mobilizou a economia do setor.

<sup>4</sup> “A captação dos dados da administração pública difere dos outros setores da economia, tendo em vista que a função principal do governo na economia é a produção de bens e serviços não mercantis. A produção não mercantil da administração pública é, por convenção, medida pelos custos de produção por não ser objeto de transação no mercado” (IBGE, 2013, p. 68).

<sup>5</sup> “A função cultura representa (...) ‘o conjunto de ações que visam o desenvolvimento, a difusão e a preservação do conhecimento adquirido e acumulado pela humanidade (BRASIL, 1999b)’” (IBGE, 2013, p. 27).

<sup>6</sup> Pela análise preliminar dos dados que potencialmente virarão indicadores há de se reconhecer que boa parte dos indicadores poderão ser indicadores-insumo. Indicador-insumo é vinculado à indicação de recurso, “correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos (...) financeiros ou equipamentos alocados para um processo ou programa que afeta uma das dimensões da realidade social” (JANNUZZI, 2002, p. 59).

Assim, será possível verificar o tipo de empresas que recebem maiores recursos, a localização das empresas, a articulação de empresas com vistas à configuração de cadeias produtivas, dentre outros.

Baseado na categorização do Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e na configuração do escopo criativo empreendida pelo Ministério da Cultura (Secretaria de Economia Criativa), será possível segmentar os gastos e as atividades desenvolvidas pelas prefeituras em nucleares, relacionadas e de apoio articulada com os setores culturais (patrimônio, artes de espetáculo, etc.). Nesse sentido, ter-se-á uma base inicial de conversão dos dados em informações preliminares. O quadro abaixo apresenta um exemplo.

**Quadro 02** – Exemplo categorização setor cultural x cadeia produtiva x código CNAE.

<b>Categoria cultural</b>	<b>Posição na cadeia produtiva</b>	<b>Código CNAE (subclasse)</b>
Campo do Patrimônio	Nuclear	8130300
		9101500
		9102301
		9102302
		9103100
		9321200

Fonte: Martins (2014).

De toda forma, a pesquisa irá estabelecer a constituição de indicadores culturais na política e na economia da cultura construídos por uma base quantitativa. Para isso, seguirá a descrição dos indicadores na perspectiva apontada por Lladó; Masó (2012).

**Quadro 03** – *Descriptorios de los campos para la construcción de indicadores cuantitativos.*



DENOMINACIÓN	Nombre del indicador.
REFERÈNCIA	Numeración del indicador dentro de la propuesta de indicadores elaborada.
OBJECTIVO	Precisa el objetivo del bloque de indicadores del cual forma parte.
FÓRMULA	Definición de la fórmula estadística a partir de la cual se concretará el indicador.
ESTRUCTURA	Análisis de cualquier subcomponente interesante de los indicadores. Por ejemplo, análisis de las variables por subpoblación.
INFORMACIÓN TÉCNICA	Definición de las variables, de los conceptos implicados y de las observaciones técnicas requeridas para obtener datos del indicador.
UNIDAD	Unidad de medida del indicador (porcentaje, valor absoluto, índice, etc.).
PERIODICIDAD	Periodicidad durante la cual se deberán obtener los datos para medir el indicador: mensual, semestral, anual, etc.
FUENTE DE INFORMACIÓN	Donde o desde donde se obtendrán los datos para construir el indicador.
NIVEL	Grado de consecución o adecuación del indicador.
INTERPRETACIÓN	Información comparativa utilizada para dar significado al indicador, por tanto aquella información necesaria para definir si los valores son significativos.
LIMITACIONES	Descripción de las limitaciones del indicador al medir su objetivo. Descripción de lo que no evalúa o no tiene en cuenta el indicador.

**Fonte:** Lladó; Masó (2012, p. 129).

### c) Validação dos indicadores

A terceira etapa da pesquisa consiste na realização da validação dos indicadores propostos. A intenção nessa etapa é verificar a validade e a confiabilidade possível de se estabelecer com os indicadores de políticas culturais e os indicadores de economia da cultura. Para tanto, será dividida em dois momentos: estudo de caso; validação “social”.

O estudo de caso buscará obter a validação a partir da compreensão sobre os aspectos teóricos e os indicadores com a leitura da realidade de dois municípios/prefeituras. Com os resultados disponíveis através dos indicadores buscar-se-á a verificação empírica da realidade, estabelecendo uma compreensão dos principais projetos das prefeituras (pesquisa documental) e entrevista com os gestores públicos da cultura.

A validação “social” é aqui denominada na validação que envolve a participação de um grupo amplo de pessoas na compreensão dos indicadores: por pesquisadores, para discutir o marco teórico, mas com maior ênfase à metodologia utilizada na configuração dos indicadores;

por gestores culturais, para perceber os indicadores como mecanismo de apoio às políticas públicas; pelos municipais, para verificar se os indicadores serão mecanismos adequados para o controle social das políticas culturais. Assim, será apresentada a metodologia do projeto e a análise do estudo de caso, apontando os pontos fortes e fracos de cada indicador. Para este momento a metodologia empregada será o grupo focal, com a presença de pelo menos dois integrantes de cada segmento.

Por essa ordem, o processo de validação detectará os limites reais na obtenção de alguns indicadores, formas de melhorar a compreensão e definição destes e, talvez, racionalizar o número de indicadores por tipo de proposta.

#### **d) Formatação final dos indicadores**

Por meio do retorno das discussões empreendidas na validação será finalizada a formatação dos indicadores culturais municipais. Nessa etapa, então, ocorrerá a elaboração do relatório final, a apresentação da pesquisa através da “difusão e popularização da ciência” (conforme objetivos e metas) e a disponibilização do software de sistematização e publicização dos indicadores culturais.

## 5. Contribuições da pesquisa

A realização da pesquisa pode ser sistematizada em três grupos de contribuições. De ordem teórica, a pesquisa pretende contribuir com o **debate sobre indicadores culturais no Brasil**. Recentes atividades empreendidas pelo IBGE e pelo Ministério da Cultura evidenciam a carência do Brasil para compreender a cultura, especialmente nas dimensões políticas e econômicas<sup>7</sup>. Ainda nessa linha, é possível apontar que a geração de indicadores culturais, como a pesquisa prevê, também irá contribuir com as discussões teóricas das políticas culturais e da economia da cultura. Por exemplo, Tolila (2007) ao articular esses campos aponta uma série de aspectos pertinentes: relações com a oferta privada e o consumo público do mercado da cultura; efeito de alavancagem sobre as coletividades territoriais. Mas como é possível perceber essas conexões? A pesquisa, nesse sentido, dará uma contribuição na **sistematização e leitura da articulação entre política e economia da cultura**. Além disso, outra contribuição na perspectiva teórica é o reconhecimento do debate em torno da democracia e dos **mecanismos de potencialização da participação social** no desenvolvimento das políticas públicas.

No aspecto metodológico há de se destacar o uso de dados primários na pesquisa. A dificuldade em contar com um cabedal seguro de informações no campo cultural torna a reflexão, a crítica e a atuação limitada ou impossível. Isto restringe o conhecimento no estudo da cultura, especialmente na análise em torno das políticas e da relação econômica. A pesquisa aponta dados primários dos municípios a partir da prestação de contas da gestão pública, cruzando dados da Receita Federal. Portanto, o segundo aspecto que justifica a contribuição da pesquisa é **servir como um exercício metodológico com dados primários no setor cultural**.

O terceiro grupo de contribuições reúne aspectos de ordem operacional no campo científico. Uma das contribuições operacionais é a **proposição de um sistema de publicização e leitura dos indicadores culturais** (proposição de um software). Pretende-se trabalhar como o sistema de dados abertos, para que após o término da pesquisa o sistema possa ser aperfeiçoado por diferentes usuários, já que os dados do Tribunal e da Receita Federal são públicos. Ainda nesse grupo destaca-se a proposta de **difusão e popularização da ciência e tecnologia**. Esta

---

<sup>7</sup> O estudo dos indicadores culturais pelo IBGE iniciou em 2004 (Sistema de Informações e Indicadores Culturais). Debates como os promovidos pelo Itaú Cultural ou pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também nos anos 2000 são outros exemplos.

contribuição se dará por meio de duas ações: realização de dois **seminários de apresentação das informações** da pesquisa que congregue comunidade acadêmica, agentes públicos e sociedade civil; Criação de um **vídeo instrutivo da pesquisa** para o público não-acadêmico. Neste sentido, a pesquisa pretende contribuir com a difusão e transferência do conhecimento no estudo dos indicadores e da política e economia da cultura.

## 06. Identificação demais participantes do projeto

### **Bedati Aparecida Finokiet**

Graduada em história pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1991), graduação em pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2005) e Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2002). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus de Cerro Largo/RS.

**Atuação na pesquisa:** Pesquisadora colaboradora na validação dos indicadores culturais, a partir do debate teórico, da análise do estudo de caso e da compreensão da metodologia utilizada na configuração dos indicadores culturais.

### **Bruno Siqueira da Silva**

Graduado em Sistemas de Informação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santo Ângelo, desenvolvendo estudos na área de Web Semântica, ontologias e Segurança da Informação. Possui experiência profissional em administração de serviços (Ambientes Windows e Linux, E-mail, Segurança e Redes de Computadores), programação (Linguagem de Script), ISO27000, ITIL e ensino na modalidade EaD. Professor em Informática e Coordenador do Curso de Informática para Internet no Instituto Federal Farroupilha, Campus São Borja.

**Atuação na pesquisa:** pesquisador responsável na sistematização e constituição de uma interface de acesso e leitura dos indicadores culturais (modelagem de um software da pesquisa).

### **Carmen Carolina de Almeida Borsato**

Possui ensino-medio-segundo-grau pelo Centro Educacional Maurício Barroso (2009). Integrante

do Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Culturais OMiCult.

**Atuação na pesquisa:** discente colaboradora na pesquisa.

### **Caroline Fernandes da Silva**

Graduanda do Curso de Relações Públicas - Ênfase em Produção Cultural pela Universidade Federal do Pampa. Bolsista de Iniciação Tecnológica e Industrial do CNPq/ Ministério da Cultura (2014). Integrante do Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Culturais OMiCult.

**Atuação na pesquisa:** discente colaboradora na pesquisa.

### **Claiton Marques Correa**

Graduado em Sistemas de Informação PUCRS (2010) e mestre em Ciência da Computação PUCRS(2013). Trabalha com a modelagem de banco de dados, análise e desenvolvimento de sistemas de informação, engenharia de software (qualidade de software, engenharia de usabilidade e métodos ágeis) e processamento paralelo e distribuído. Atualmente é professor no Instituto Federal Farroupilha, Campus São Borja.

**Atuação na pesquisa:** pesquisador responsável na sistematização e constituição de uma interface de acesso e leitura dos indicadores culturais (modelagem de um software da pesquisa).

### **Fernando Luis de Oliveira**

Especialista em Desenvolvimento de Software e Novas Tecnologias e graduação em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema pela Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Cascavel. Atuou como Programador, Coordenador de Desenvolvimento e professor na área de Sistemas de Informação para cursos de Graduação. Atualmente é professor efetivo do Instituto Federal Farroupilha - campus São Borja. Tem experiência na área de Ciência da Computação e Sistemas de Informação, com ênfase em Banco de Dados e Programação.

**Atuação na pesquisa:** pesquisador responsável na sistematização e constituição de uma interface de acesso e leitura dos indicadores culturais (modelagem de um software da pesquisa).

### **Joel Felipe Guindani**

Doutor pelo programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto do curso de Relações Públicas - Ênfase em Produção Cultural -, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Pesquisa atualmente as seguintes temáticas: Comunicação, Cultura e Cidadania. Integrante do Grupo de Pesquisa Processos e Práticas em Atividades Criativas e Culturais (Unipampa/CNPq) e do

Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Culturais (OMiCult).

**Atuação na pesquisa:** Pesquisador colaborador na validação dos indicadores culturais, a partir do debate teórico sobre controle social, da análise do estudo de caso e da compreensão da metodologia utilizada na configuração dos indicadores culturais. Também auxiliará na apresentação da pesquisa através da “difusão e popularização da ciência”.

### **Marcela Guimarães e Silva**

Doutora em Extensão Rural pela UFSM. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja do curso de Relações Públicas - ênfase em produção cultural e coordenadora da Especialização em Atividades Criativas e Culturais. Líder do grupo de pesquisa (CNPq) Processos e Práticas nas Atividades Criativas e Culturais - GAPC. Integrante do Observatório Missioneiro das Atividades Criativas e Culturais - OMiCult.

**Atuação na pesquisa:** Pesquisadora colaboradora na validação dos indicadores culturais, a partir do debate teórico, da análise do estudo de caso e da compreensão da metodologia utilizada na configuração dos indicadores culturais. Também auxiliará na apresentação da pesquisa através da “difusão e popularização da ciência”.

### **Mônica Elisa Dias Pons**

Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente é professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria - Campus Silveira Martins. Vice-Diretora do Campus Silveira Martins. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Relações Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação organizacional, comunicação e educação, comunicação e turismo.

**Atuação na pesquisa:** Pesquisadora colaboradora na validação dos indicadores culturais, a partir do debate teórico, da análise do estudo de caso e da compreensão da metodologia utilizada na configuração dos indicadores culturais.

### **Victor da Silva Oliveira**

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2013). Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do Grupo de Pesquisa Processos e Práticas em Atividades Criativas e Culturais (Unipampa/CNPq) e do Observatório Missioneiro de Atividades Criativas e Culturais (OMiCult).

**Atuação na pesquisa:** Pesquisador colaborador na configuração dos indicadores culturais a partir

da possibilidade de referenciamento dos indicadores no espaço. Também atuará na validação dos indicadores culturais, através do debate teórico e da compreensão da metodologia utilizada na configuração dos indicadores culturais.

## 07. Referências

BONET, Lluís. **Estadísticas e indicadores al servicio del análisis del sector cultural y de la evaluación de las políticas públicas de cultura**. La economía de la cultura Iberoamericana. III Seminario sobre Políticas Culturales Iberoamericanas: Madrid, 11 al 15 de diciembre de 1995, Madrid: OEI, 1997.

BOTELHO, Maria Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. Revista São Paulo em Perspectiva, 15(2), 2001, p. 73-83.

BRUNNER, José Joaquín. **Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades**. IN: CANCLINI, Néstor García (ed.). Políticas culturales en América Latina. Ciudad de México: Editorial Grijalbo, 1987. 175-203p.

\_\_\_\_\_. **La mano visible y la mano invisible**. América Latina: cultura y modernidad. México, Editorial Grijalbo, 1993. p. 205-47.

CANCLINI, Nestor. **Definiciones en transición**. En libro: Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas. Daniel Mato. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. pp. 69-81.

CARRASCO-ARROYO, Salvador. **Indicadores culturales: una reflexión**. Econcult, 1999.

CARRASCO-ARROYO, Salvador; et. al. Propuesta metodológica para el diseño de un sistema de indicadores culturales local basado en la planificación estratégica. Política y Sociedad, v. 51, n. 2, p. 423-446, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais (2007-2010)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LLADÓ, Anna Planas; MASÓ, Pere Soler. **Sistema de indicadores para políticas municipales culturales: una herramienta de evaluación**. Empiria: Revista de Metodología de Ciencias Sociales, n. 24, p. 117-140, junio-diciembre, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública – RAP, v. 36, n. 01, p. 51-72, jan.- fev., 2002.

\_\_\_\_\_. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2012.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle social da política de assistência social: caminhos e descaminhos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MARTINELL, Alfons. *Los agentes culturales ante los nuevos retos de la gestión cultural*. Revista Ibero-americana de Educación. n. 20, p. 201-215, May/ago., 1999.

MARTINS, Tiago Costa. **A alocação de recursos públicos e a possibilidade de configuração de um arranjo produtivo da cultura regional** (relatório final de pesquisa). São Borja: MinC/CNPq, 2015.

Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS. **Construção e Análise de indicadores**. Curitiba: SESI/PR, 2010.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Descentralização, Gastos Públicos e Preferências Alocativas dos Governos Locais no Brasil: (1980-1994)**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000300005&lng=en&nr m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300005&lng=en&nr m=iso). Acesso em 24/10/2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

TOLILA, Paul. **Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas**. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2007.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Controle social. Disponível em <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 06 março 2013.